

Notícias Fiscais

Edição n.º 18: Orçamento do Estado para 2018

SUMÁRIO

- Introdução
- IRS – Taxas gerais e escalões de rendimento
- IRS – Afetação de imóvel à atividade empresarial e profissional
- IRS – Incentivo à recapitalização de empresas
- IRS – Alojamento de estudantes e “vales educação”
- Adicional ao IMI – Tributação conjunta
- Imposto do Selo – Crédito ao consumo

Destaque: IRS – Alterações ao regime simplificado para rendimentos profissionais

Introdução

No passado dia 29 de dezembro de 2017, foi publicada em Diário da República a Lei n.º 114/2017, a qual aprovou o Orçamento do Estado para 2018. A presente Lei havia sido aprovada pelo Parlamento no dia 27 de novembro e promulgada pelo Presidente da República no dia 22 de dezembro.

Nesse sentido, é objetivo desta Edição do Notícias Fiscais dar-lhe a conhecer as medidas de cariz fiscal constantes da Proposta de Orçamento apresentada pelo Governo com maior impacto na esfera das pessoas singulares. Todas estas alterações entraram em vigor em 1 de janeiro de 2018.

IRS – Taxas gerais e escalões de rendimento

Serão introduzidos dois novos escalões em sede de IRS, conforme se apresenta na tabela abaixo:

Taxas gerais e escalões de IRS em vigor a partir de 2018

Rendimento coletável (em Euros)	Taxa (%)	Parcela a abater (em Euros)
Até 7.091	14,5%	0
De mais de 7.091 até 10.700	23,0%	602,74
De mais de 10.700 até 20.621	28,5%	1.191,24
De mais de 20.621 até 25.000	35,0%	2.508,20
De mais de 25.000 até 36.856	37,0%	3.008,20
De mais de 36.856 até 80.640	45,0%	5.956,68
Mais de 80.640	48,0%	8.375,88

IRS – Afetação de imóvel à atividade empresarial e profissional

O diferimento da mais-valia resultante da afetação de imóvel habitacional à atividade empresarial e profissional exercida pelo seu proprietário mantém-se após a restituição do imóvel ao património particular do proprietário, enquanto tal imóvel continuar afeto ao arrendamento.

Anteriormente, o apuramento da mais valia ocorreria no momento da alienação onerosa do imóvel ou de outro facto que determine o apuramento de resultados em condições análogas, como a restituição do imóvel ao património particular do proprietário.

Notícias Fiscais

IRS – Incentivo à recapitalização de empresas

Cria-se um benefício às entradas de capital em dinheiro realizadas a favor de uma sociedade na qual o contribuinte detenha uma participação social e que se encontre na situação do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (perda de metade do capital social), nos termos do qual se permite uma dedução, até 20% das entradas efetuadas:

- i) ao montante bruto dos lucros colocados à disposição por essa sociedade; ou
- ii) ao saldo entre mais e menos-valias realizadas, em caso de alienação dessa participação.

A dedução poderá ser efetuada no ano em que sejam realizadas as entradas de capital e nos cinco anos seguintes.

IRS – Alojamento de estudantes e “vales educação”

Passam a ser consideradas para efeitos de dedução à coleta as despesas com alojamento de estudantes (até 25 anos e a frequentar estabelecimento de ensino) que se encontrem deslocados da residência permanente do seu agregado familiar a uma distância superior a 50 Kms, suportadas por faturas ou qualquer outro documento que comprove o arrendamento de imóvel ou parte de imóvel para estudante deslocado.

A dedução corresponderá a 30% do valor suportado com as rendas, com um limite de € 300 anuais, sendo que o limite global das despesas de educação passa de € 800 para € 1.000 quando a diferença decorra da inclusão das rendas.

Note-se, contudo, que a dedução em causa não é cumulável, em relação ao mesmo imóvel, com a dedução relativa a encargos com imóveis.

Em sentido inverso, os valores atribuídos a título de “vales educação” pela entidade patronal aos seus colaboradores, com dependentes com idade compreendida entre os 7 anos e os 25 anos, passam a ser tributados na sua totalidade como rendimento do trabalho dependente. Atualmente, os mesmos beneficiavam de uma exclusão de tributação até ao limite de € 1.100 anuais, por dependente.

Mantém-se em vigor apenas a exclusão de tributação sobre os “vales infância”, aplicáveis a dependentes com idade inferior a 7 anos.

Adicional ao IMI – Tributação conjunta

A opção pela tributação conjunta, quando exercida, permanece inalterada até que os sujeitos passivos casados ou em união de facto decidam em contrário.

É ainda introduzida a possibilidade de os sujeitos passivos casados ou em união de facto manifestarem ou alterarem a referida opção no prazo de 120 dias contados a partir do termo do prazo de pagamento. A mesma possibilidade está prevista para as heranças indivisas, em que os herdeiros podem optar pela tributação individual, em vez da tributação ao nível da própria herança.

Por outro lado, quer para efeitos de AIMI, quer relativamente ao IMI, quando a informação matricial disponibilizada no portal da Autoridade Tributária (AT) não reflita a titularidade dos prédios que integram a comunhão de bens dos sujeitos passivos casados, estes devem comunicar, até 15 de fevereiro, a identificação daqueles que são comuns. Caso esta não seja comunicada, a liquidação será efetuada de acordo com a informação constante da matriz.

Imposto do Selo – Crédito ao consumo

As taxas base de Imposto do Selo aplicáveis ao crédito ao consumo sofreram também alterações, passando, em créditos de prazo inferior a 1 ano, para 0,12% por mês ou fração, e, no caso de prazos superiores a 1 ano, para 1,5%. No crédito por prazo indeterminado, a taxa aplicável sobre a média mensal da dívida passa a ser de 0,12%.

Note-se que, até 31 de dezembro, estas taxas encontram-se agravadas em 50%.

Notícias Fiscais

Destaque: Rendimentos empresariais e profissionais – regime simplificado

Enquadramento

O Orçamento do Estado para 2018 veio também estabelecer alterações ao regime simplificado previsto para os rendimentos da categoria B do IRS. As alterações são aplicáveis aos profissionais liberais que exerçam atividades previstas na tabela das atividades do artigo 151.º, anexa ao Código do IRS, bem como às outras prestações de serviços não abrangidas pela referida tabela.

A dedução que antes decorria da aplicação dos coeficientes passa a estar parcialmente condicionada à verificação de despesas e encargos efetivamente suportados pelos contribuintes.

Âmbito das alterações e despesas elegíveis

De acordo com a nova redação, ao rendimento tributável apurado após aplicação do respetivo coeficiente (0,75 ou 0,35), deverá somar-se a diferença positiva entre 15% do rendimento bruto e o somatório das despesas e encargos relacionados com a atividade.

Para efeitos de dedução, consideram-se, entre outros, os seguintes tipos de despesas e encargos:

- i) dedução específica de € 4.104 aplicável aos trabalhadores dependentes, ou, quando superior, o montante das contribuições obrigatórias para regimes de proteção social;
- ii) 1,5% do valor patrimonial tributário dos imóveis afetos à atividade empresarial ou profissional ou, quanto a imóveis afetos a atividades hoteleiras ou de alojamento local de que o sujeito passivo seja proprietário, usufrutuário ou superficiário, 4% do respetivo valor patrimonial tributário;
- iii) outras despesas com a aquisição de bens e prestações de serviços relacionadas com a atividade, que constem de faturas comunicadas à AT ou emitidas no Portal das Finanças, designadamente, despesas com materiais de consumo corrente, eletricidade, água, transportes e comunicações, rendas, contencioso, seguros, rendas de locação financeira, quotizações para ordens profissionais respeitantes ao sujeito passivo, deslocações, viagens e estadas do sujeito passivo e dos seus empregados.

Requisitos de documentação

Para efeitos da afetação das despesas e encargos à atividade empresarial e profissional o Contribuinte deve identificar através do Portal das Finanças:

- as faturas e outros documentos que titulem despesas e encargos relacionados exclusiva ou parcialmente com a sua atividade empresarial e profissional (e.g. rendas de imóveis e outras despesas com a aquisição de bens e serviços);
- os imóveis afetos exclusiva ou parcialmente à sua atividade empresarial ou profissional.

Prestações de serviços a sociedades total ou parcialmente detidas

Adicionalmente, o coeficiente de 1 passa a ser aplicado aos rendimentos decorrentes de prestações de serviços efetuadas a sociedades nas quais, durante mais de 183 dias do período de tributação:

- o sujeito passivo detenha, direta ou indiretamente, pelo menos 5% das respetivas partes de capital ou direitos de voto;
- o sujeito passivo, o cônjuge ou unido de facto e os ascendentes e descendentes destes, detenham no seu conjunto, direta ou indiretamente, pelo menos 25% das respetivas partes de capital ou direitos de voto.

[3/3]

Para os devidos efeitos, faz-se saber que o presente documento não constitui assessoria jurídica, contabilística ou fiscal, nem sugestões ou recomendações de atuação, tendo o seu conteúdo um carácter meramente informativo. Os comentários e as opiniões ficam, em qualquer caso, subordinados aos critérios que os tribunais e as autoridades competentes possam impor ou estabelecer, bem como a eventuais alterações normativas e a qualquer outro parecer jurídico mais bem fundamentado. O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. declina quaisquer responsabilidades por actos realizados ou decisões tomadas com base no conteúdo deste documento, aconselhando expressamente a consulta de um assessor fiscal antes da tomada de qualquer decisão, uma vez que o enquadramento fiscal de cada pessoa varia em função das circunstâncias individuais.

Os conteúdos aqui apresentados são de natureza geral e meramente informativa e não substituem aconselhamento profissional adequado ao caso concreto. A PwC não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo emergente de decisão tomada com base na informação aqui descrita. Alguns conteúdos poderão conduzi-lo à página principal de outro site ou diretamente para um conteúdo específico. A PwC não verificou os conteúdos desses sites e não garante, não promove, nem recomenda quaisquer dos serviços ou produtos ou qualquer forma de publicidade que possam ser fornecidos ou estejam acessíveis através dos referidos sites ou por qualquer pessoa ou entidade que os forneça. Recomendamos assim que leia atentamente os termos e condições de utilização dos referidos sites.

© PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. 2018. Todos os direitos reservados. Neste documento “PwC” refere-se a PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. que pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Para mais informações consulte www.pwc.com/structure